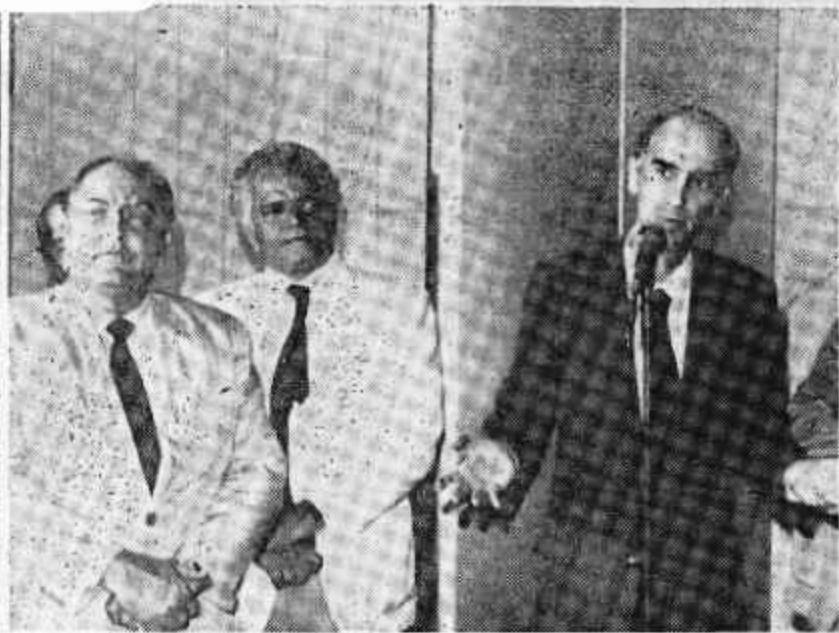


Auc



Aleiscar Monteiro

Aureliano ouve Maciel, mas não discute sucessão

Aureliano dá apoio à emenda de Maciel

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Enquanto a Constituinte não definir o regime de governo e a duração do mandato do presidente José Sarney, não tem sentido cogitar de prévia eleitoral no PFL nem de sucessão presidencial." A declaração é do ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, que participou ontem, no Salão Negro do Senado, do lançamento do livro do presidente do PFL, Marco Maciel, intitulado **Liberalismo e Justiça Social**.

Aureliano disse concordar com a emenda de Maciel sobre a organização dos Poderes e o sistema de governo. A proposta, que prevê o presidencialismo clássico, com as funções do Executivo redistribuídas entre os três Poderes de forma equitativa, foi, segundo o ministro, "muito bem colocada". "Uma coisa é o presidencialismo, outra exacerbação do Poder Executivo. São diferentes. O que o senador Marco Maciel está propondo é um presidencialismo sem exacerbação de poderes pelo Executivo, e isso me parece racional", explicou.

Embora reafirmando sua intenção de não se intrometer nos assuntos da Constituinte, Aureliano admitiu estar satisfeito com o fortalecimento da tese do mandato de cinco anos para Sarney. Em sua opinião, "não deve haver discriminações para com o atual presidente".

Presidente de honra do PFL, e provável candidato do partido à Presidência da República, Aureliano Chaves negou que já esteja em campanha. "Como é que podemos pensar

Sarney espera governar 5 anos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"O presidente José Sarney está certo de que seu mandato será de cinco anos", afirmou ontem o ministro das Relações Exteriores, Abreu Sodré, após audiência que definiu o programa das primeiras viagens internacionais do presidente este ano. Segundo o chanceler, Sarney mostrou-se tranqüilo em relação à duração de seu mandato.

O mesmo não ocorre com os ministros, que, segundo o chanceler, vêm trabalhando para que prevaleça a tese dos cinco anos de mandato para o presidente. Abreu Sodré disse que, pessoalmente, vem defendendo o que considera ser o melhor para o País. "Tudo o que puder fazer neste sentido, eu farei", explicou, ao afirmar que cinco anos constitui o tempo necessário para que o presidente consolide os objetivos econômicos, "terminando um governo em que possa fazer com que o País cresça, organize suas finanças e alcance seu objetivo social".

O chanceler diz que tem observado um melhoria marcante na defesa da tese dos cinco anos para o presidente Sarney como forma de "o presidente concluir a obra de transição democrática".

Abreu Sodré defendeu, ainda, a manutenção do presidencialismo, isto porque, em sua opinião, o parlamentarismo faria com que mais de 40 milhões de pessoas elegeassem um presidente sem poder efetivo.

nisso, agora, quando há sintomas de que prevalecerá o mandato de cinco anos?", indagou, acrescentando: "Assim, não tem sentido fazer prévia nem campanha. Enquanto não for definida a forma de governo nem a duração do mandato presidencial não há que falar em eleições".

O ministro negou ainda que tenha convidado o deputado Guilherme Afif Domingos (PL-SP) para seu companheiro de chapa. Elogiou o parlamentar, lembrando que o conhece desde quando "eu era vice-presidente da República e ele secretário de Estado em São Paulo. Eu até o estimei a se candidatar a deputado". Mas, depois, reafirmou que não é hora de se articular candidaturas. Para que isso ocorra, o ministro apontou duas condições básicas: a vitória do presidencialismo e o referendo de seu nome através de consulta prévia no partido.

A questão, no momento, segundo Aureliano, é a definição do sistema de governo e a duração do mandato presidencial. Ele frisou que sempre defendeu a tese de que o período do atual presidente deve ser igual ao de seus sucessores. "É o que mais se ajusta à realidade do Brasil. Os que falam em quatro anos, falam também em reeleição, o que condeno por ser contrário à tradição republicana". A votação dos cinco anos dirá "se a base político-parlamentar de Sarney é firme e fiel ao governo". Aureliano reafirmou ainda sua disposição de deixar o ministério logo após a promulgação da nova Constituição.

Liberais querem substituir Marin

O ex-governador José Maria Marin e demais dirigentes do PFL em São Paulo deverão ser substituídos nos seus cargos a partir das mudanças que haverá nos diretórios municipais do partido e com a eleição dos novos delegados que ocorrerá durante as convenções marcadas para 28 de fevereiro. Assim, com nova direção, o PFL poderá se afastar do PMDB e lançar candidato próprio à prefeitura da Capital. A informação foi dada ontem ao Estado pelo deputado constituinte Fausto Rocha, que, juntamente com outros parlamentares, está viajando pelo Interior em busca de apoio para tirar Marin da presidência do partido.

O PFL está coligado com o PMDB em São Paulo desde a vitória de Orestes Quércia nas eleições do ano passado. As bases do partido, segundo o deputado, não estão satisfeitas com o rumo que o PFL está tomando e, por isso, foi iniciado um movimento para substituir os atuais dirigentes.

Fausto Rocha disse que vai disputar a convenção para ser candidato dos liberais à sucessão de Jânio Quadros. Como Marin passou a admitir sua candidatura a prefeito, é provável que os dois dualem na convenção. Fausto Rocha foi o deputado federal mais votado do PFL em São Paulo com 92 mil votos, e também o mais votado entre os 34 pastores evangélicos eleitos em todo o País em 1986.

Heráclito leva Covas à irritação

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Não dou a ninguém o direito de questionar minha condição de democrata" — reagiu, irritado, o líder do PMDB na Assembléia Constituinte, senador Mário Covas, ontem, ao tomar conhecimento do comentário do deputado Heráclito Fortes (PMDB-PI), insinuando apoio do senador paulista à sua emenda de eleições gerais em 89.

O parlamentar piaulense, 3º secretário da Câmara e dos mais ligados a Ulysses Guimarães, disse que contava com o apoio dos senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso à sua emenda, observando: "Quero ver os democratas Covas e Fernando Henrique não apoiarem a emenda". Covas, além de ficar irritado, criticou a iniciativa de Heráclito Fortes. "Não apóio e nem assino. Por que eleições gerais em 89? Por que prorrogar, mais uma vez, mandatos de prefeitos e vereadores? Apóio eleições presidenciais e municipais neste ano, de governadores e para o legislativo em 90" — afirmou o líder do PMDB na Constituinte.

DIRETAS JÁ

Ontem, pela manhã, numa das dependências da Câmara, o Comitê Executivo Interpartidário do Movimento das "Diretas Já" marcou para 4 de março, às 10 horas, o "Dia Nacional de Advertência". Um dos dirigentes do movimento, deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), explicou: "No dia 4 de março, nas principais cidades do País — e onde mais for possível — estamos recomendando manifestação popular de advertência aos que são contra eleições presidenciais em 88. Pode ser o "Dia do Barulhão".

O constituinte petebista informou, ainda, que o Comitê das Diretas Já vai relacionar todos os constituintes que são contra as eleições presidenciais neste ano.

Participaram da reunião de ontem do Comitê Executivo Nacional do Movimento das Diretas Já o senador Affonso Camargo (PTB), e os deputados Arnaldo Faria de Sá (PTB), Wilma Maia (PDS), Lídice da Matita (PC do B), Vivaldo Barbosa (PDT), Pedro Penedo (PFL) e Haroldo Sabóia (PMDB).

Presidente não acredita no rompimento

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), disse ontem que o presidente José Sarney não acredita no rompimento do PMDB com o governo. Segundo Lucena, Sarney está convencido de que a saída do PMDB do governo não é o desejo da maioria do partido. Esta também é a opinião do senador, para quem "não chegam a 20% os peemedebistas que pensam, seriamente, nessa hipótese".

Lucena disse que o presidente está otimista quanto à possibilidade da fixação de seu mandato em cinco anos e convencido que, a partir do momento em que saiu de cena e não mais se envolveu diretamente nesta questão, as possibilidades de êxito se tornaram maiores. A impressão foi recolhida durante audiência com Sarney, quando o senador foi tratar de assuntos administrativos ligados ao pagamento de servidores de um Poder à disposição de outro Poder.

O presidente da República, afirmou o senador Lucena, mostrou-se receptivo à tese de um grande entendimento em torno dos pontos fundamentais para o País e está convencido de que a questão de quatro ou cinco anos para seu mandato também será influenciada pela relativa demora da Constituinte em ultimar seus trabalhos, o que seria, do ponto de vista cronológico, um fator a mais, e de relevância, a desaconselhar as eleições este ano.

Segundo Humberto Lucena, ainda que consciente das dificuldades, Sarney não está pessimista, tendo revelado confiança no desempenho da equipe do ministro da Fazenda, Mílson da Nóbrega, até mesmo no que diz respeito à renegociação da dívida externa.